



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ITAPUCA
TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01/2026;
Município de Itapuca/RS;
Secretaria Municipal de Educação e Esportes;

1. DO OBJETO

- 1.1. Registro de Preços para futuras aquisições de gêneros alimentícios para o preparo e distribuição da merenda escolar aos alunos do ensino fundamental e ensino infantil da rede Municipal de Ensino;
- 1.2. Esta aquisição, além de fundamental, é essencial para garantir a nutrição adequada dos alunos a fim de melhorar seu desempenho no processo de ensino, aprendizagem e combater problemas de saúde relacionados à alimentação;
- 1.3. As quantidades e as descrições gerais dos itens a serem adquiridos encontram-se especificadas no presente processo, a qual apresenta informações detalhadas sobre cada item, incluindo suas características, quantidades e outras especificações pertinentes;
- 1.4. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, sendo admitida a renovação dos quantitativos inicialmente registrados, desde que mantidas as condições vantajosas para a Administração.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. Essa contratação visa fornecer uma alimentação escolar de qualidade, contribuindo para o desenvolvimento dos estudantes, influenciando positivamente tanto seu desempenho acadêmico quanto seu bem-estar. Nesse contexto, a importância da merenda escolar desempenha um papel vital no crescimento e aprendizado dos alunos da rede pública de ensino;
- 2.2. A nutrição proporcionada pela merenda escolar desempenha um papel fundamental no fornecimento de nutrientes essenciais para o crescimento, desenvolvimento e aprendizado das crianças. Uma alimentação balanceada não apenas melhora a saúde geral, mas também desempenha um papel primordial na prevenção de doenças;
- 2.3. Ao adquirir gêneros alimentícios, é possível oferecer uma variedade de alimentos saudáveis e equilibrados, que contribuem para o desenvolvimento físico e cognitivo dos alunos, além de melhorar seu desempenho no processo de ensino, aprendizagem, estimulando a concentração, a memória e o rendimento escolar;
- 2.4. Desta forma, julgamos necessária a contratação para viabilizar a execução dos serviços, conforme especificações que serão descritas no Termo de Referência.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. Os requisitos da contratação encontram-se em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 5.1. A entrega dos gêneros alimentícios deverá ser realizada na Rua Arquimedes Bocardi, centro, junto a EMEF JOÃO CLAUDIR CAPROKI e EMEI PINGO DE GENTE, dentro do horário de expediente, de segunda a sexta-feira, das 07h30min até às 11h30min e das 13h00 às 17h00 conforme solicitações;
- 5.2. Os produtos a serem adquiridos deverão ser disponibilizados à unidade requisitante pelo fornecedor em até 08 (oito) dias úteis após o envio da AF – Autorização de Fornecimento referente à quantidade requisitada a cada pedido. As solicitações e empenhos ocorrerão conforme a necessidade da Municipalidade.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ITAPUCA

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato/ata, os prazos serão prorrogados pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;
- 6.3. A execução do contrato/ata deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is), ou pelos respectivos substitutos;
- 6.4. O fiscal do contrato/ata anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do mesmo, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- 6.5. O fiscal informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;
- 6.6. O fiscal será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual;
- 6.7. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;
- 6.8. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;
- 6.9. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
- 6.10. A inadimplência da contratada em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 6.11. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim;
- 6.12. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;
- 6.13. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que deverá conter informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, PAGAMENTO E RECEBIMENTO.

- 7.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto, e desde que tenha havido o recebimento por parte do Município, o que ocorrerá quando constatado que o bem entregue atende integralmente ao exigido no edital;
- 7.2. A Nota Fiscal deverá ser emitida pela mesma empresa (razão social e CNPJ) que se habilitou a apresentou a proposta financeira para este processo;
- 7.3. A Nota Fiscal emitida pela licitante vencedora poderá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do Contrato/Ata, a fim de acelerar o trâmite de recebimento do objeto e posterior liberação do documento fiscal para pagamento;
- 7.4. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo índice do IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata;
- 7.5. O pagamento será efetuado via transferência bancária ou boleto, para tanto, informações da conta deverão ser disponibilizadas na proposta financeira;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ITAPUCA

7.6. O preço cotado deverá ser fixo e irrevogável até a entrega total do objeto;

7.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou ainda circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente decorrente de penalidade imposta ou na inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas sanadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por *menor preço unitário por item*, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021;

8.2. A natureza do objeto permite seu parcelamento em itens;

8.3. Para fornecimento dos bens pretendidos a Empresa a ser contratada deverá comprovar que atua em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título de habilitação, nos termos do art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021:

HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL, TRABALHISTA E TÉCNICA:

- a) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação da Certidão de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991, em vigor;
- c) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual, em vigor;
- d) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- e) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal da sede do licitante, em vigor, conforme legislação tributária do Município expedidor da empresa que ora se habilita para este certame;
- f) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- g) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- h) Atestado de capacidade técnica em nome da Licitante de que forneceu objeto compatível com o da presente contratação tendo bom desempenho operacional, cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente.

HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento.

DECLARAÇÕES:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ITAPUCA

- a) Declaração da licitante, de que não pesa contra si, declaração de inidoneidade, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo para contratar com o Poder Público, assinada por representante(s) legal(is) da empresa;
- b) Declaração da licitante indicando endereços eletrônicos para recebimento de eventuais contatos necessários, inclusive notificações administrativas, imposição de penalidade e outros, declarando se comprometer com o acompanhamento diário dos endereços eletrônicos, providenciando a confirmação de recebimento, devidamente assinada pelo(s) representante(s) legal(is);
- c) Declaração conjunta;
- d) Declaração da licitante de que não que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação, conforme art. 14, IV da Lei nº 14.133/2021.

9. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. Para a presente contratação almejada, estima-se o valor total de R\$ **338.975,70** (trezentos e trinta e oito mil novecentos e setenta e cinco reais com setenta centavos);
- 9.2. A pesquisa de preços fora realizada nos moldes do art. 23 da Lei nº 14.133/21.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

07 - Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

2052 - Manutenção da Merenda Ensino Fundamental.

33903000000000:1500/0001 - MATERIAL DE CONSUMO.

33903000000000:1552/1003 - MATERIAL DE CONSUMO.

2057 - Manutenção da Merenda do Ensino Infantil - Pré-escola.

33903000000000:1500/0001 - MATERIAL DE CONSUMO.

33903000000000:1552/1003 - MATERIAL DE CONSUMO.

2059 - Manutenção da Merenda do Ensino Infantil - Creche.

33903000000000:1500/0001 - MATERIAL DE CONSUMO.

33903000000000:1552/1003 - MATERIAL DE CONSUMO.

Itapuca/RS, 12 de janeiro de 2026.

Analice Sebben Casagrande
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Charlise Ferreira Signor Burille
Coordenador Administrativo